

ORÇAMENTO

Congresso autoriza o início de novas obras ainda em 1989

por Marta Salomon
de Brasília

O Congresso Nacional autorizou ontem o inicio de novas obras neste final de governo e o corte pela metade nos recursos pedidos para as obras da ferrovia Norte-Sul. Foi aprovado substitutivo do deputado José Carlos Vasconcellos (PMDB-PE) ao projeto que destina NCz\$ 2,2 bilhões para o Ministério dos Transportes apelidado de "Jumbinho".

Os defensores da ferrovia ficaram satisfeitos com a garantia do deputado de que o orçamento da União destinará os recursos necessários para a continuidade da obra no ano que vem. José Carlos Vasconcellos entregará nos próximos dias seu parecer sobre o setor de transportes no orçamento de 1990.

Pouco mais da decima parte da ferrovia estará concluída até o final do mandato do presidente Sarney. A mais polêmica obra do governo tem 107 quilômetros em operação e o corte determinado pelo Congresso vai retardar a construção do trecho que liga Imperatriz, no Maranhão, a Colinas de Goiás, e manter praticamente na estaca zero a construção do ramal sul da ferrovia.

Segundo o líder do governo na Câmara, deputado Luiz Roberto Ponte

(PMDB-RS), o presidente Sarney deverá sancionar o projeto, liberando recursos para a construção e pavimentação de cerca de 100 quilômetros de rodovias federais.

O deputado José Carlos Vasconcellos garantiu que havia cortado os únicos 4 projetos que não tinham contratos assinados, mas depois voltou atrás e admitiu que o "Jumbinho" ia possibilitar obras que não estavam previstas no orçamento.

De acordo com a exposição de motivos do Ministério do Planejamento, o crédito para o Ministério dos Transportes sera coberto com o excesso de arrecadação além de recursos do selo-pedágio. O deputado José Serra (PSDB-SP) diz que o excesso de arrecadação já está esgotado, mas não tentou derrubar o "Jumbinho" no plenário.

Na mesma votação, os parlamentares comprometeram os próximos governos a concluirem a construção das usinas nucleares de Angra II e Angra III. A Medida Provisória nº 107 aprovada ontem prevê que os próximos orçamentos da União concluirão recursos necessários à conclusão das usinas. A medida provisória trata também da transferência de ações da Nuclebrás e suas subsidiárias à Eletrobrás.